

M.^a de Fátima Toscano.

Pobreza e Requalificação Sócio-Identitária: uma leitura sociológica crítica da tradição de estudos sobre ‘A pobreza’

Nous ne les voyons pas, nous ne les entendons pas, nous ne leur parlons pas. Ce sont *les vieux* aux yeux de beaucoup de jeunes, *les pauvres* aux yeux des riches, *les noirs* pour les blancs, *les sauvages* pour les civilisés, *les débutants* pour les scientifiques ou les artistes bien en place (...). Quel que soit le sacrifice, leur premier souci est en fait de *devenir visibles*, donc *d'obtenir la pleine reconnaissance de leur existence aux yeux de la majorité et dans l'esprit de ceux qui la composent*. (Moscovici, 1979 cit. in Kastersztein, 1990, p. 38; sublinhados nossos).

1. Introdução: o porquê de uma crítica, construtiva, à tradição dos estudos sobre ‘a pobreza’

Redigiu-se este artigo de modo a aclarar os fundamentos de uma crítica construtiva — que temos vindo a aprofundar — à tradição dos estudos sobre ‘a pobreza’.

Concretamente, o texto centra-se no percurso analítico que a autora tem vindo a desenvolver até poder sistematizar uma crítica àqueles estudos, mediante a identificação da persistência de obstáculos às Ciências Sociais. Sendo certo que são de difícil superação, a autora sinaliza, nos estudos sobre ‘a pobreza’, a persistência de 7 grandes obstáculos epistemológicos a saber: etno(socio)centrismo; moralismos; individualismo; utilitarismo; miserabilismo-populismo, positivismo e androcentrismo.

Defende-se então que, se os obstáculos epistemológicos integram o estudo de fenómenos designados por ‘pobreza’, uma das tarefas dos cientistas sociais neste campo é a de construir (outros) conceito e problemática que potenciem reelaborar a observação, a pesquisa e a intervenção dos fenómenos em causa.

Esta mesma linha de trabalho — proposta por Georg Simmel e referenciada por Serge Paugam — é a que a autora tem vindo a aprofundar (Toscano, 1992b, 2002, 2006, 2010), como se passa a sistematizar.

2. Androcentrismo — As Diferentes

O trabalho científico tem contribuído para a preocupação e consciência sociais quanto à discriminação social das mulheres e quanto às suas respectivas reacções.

A esse respeito, impõe-se recordar a valiosíssima e pioneira contribuição de investigadoras nacionais na divulgação e consolidação da investigação sobre a mulher na realidade portuguesa. De várias autoras oriundas das mais diversificadas áreas disciplinares, compreende-se que temos de nomear (por ordem alfabética) as trajectórias das sociólogas Ana Nunes de Almeida, Anália Torres, Cristina Lobo, Karin Wall, Lúcia Amâncio e Virgínia Ferreira, entre tantas outras; como também se impõe sublinhar as pesquisas e informação social potenciadas pela *Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género* (a anterior *Comissão da Condição Feminina* e, depois, *Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres*); como pela *Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego* e pela

Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, a mais recente.

Tais contributos devem-se a *três grandes tarefas sociológicas* que, simultaneamente consistem em três *batalhas culturais*:

- 1) a de desmistificar diferenças *aparentemente* naturais, de *sexo*: *naturalismo*;
- 2) a de revelar que, essas diferenças, entroncam na *construção* de atributos e expectativas sociais face a práticas de homens e mulheres: *androcentrismo*;
- 3) a de desconstruir a ideia — *inevitável, fatalista e androcêntrica* — de que a construção social da diferença homem/mulher legitime a desigualdade social entre ambos.

A *Problemática da construção social da diferença* elucida que esta construção se processa pela invenção e emissão de *critérios* e *atributos* os quais deturpam a apreensão da complexidade social, pela categorização e simplificação que potenciam, logo, pelas suas consequências redutoras.

Na verdade, os campos de estudo são vastos e diversificados.

De modo a que a vastidão e multiplicidade destes campos de estudo não aparente aqui uma mera ideia generalista, refira-se, a título ilustrativo, que as pesquisas têm vindo a centrar-se em temas, atributos e factores tão variados como cor de pele; nacionalidade; etnia; classe social; comunidades culturais e religiosas — sejam de origem, de pertença ou de destino.

Mas a diversidade das pesquisas abrange também a análise de percursos e trajetórias de vida, em diversas vertentes como a escolar, a sócio-profissional, a familiar, a sócio-geográfica, a residencial, a presidiária e mesmo as trajetórias institucionais.

Podemos também recordar que este *interesse de pesquisa* tem aprofundado a análise dos modelos e tipos de família; da construção social da dupla moral da sedução; como da construção social da sexualidade, incluindo a análise das violências sexuais como das orientações sexuais.

O mesmo *campo* tem igualmente investigado em torno do uso social dos tempos, nomeadamente

- i) no que respeita às diferenças entre tempos privado e público; tempos doméstico e profissional; tempos familiares; tempos de lazer; tempos quotidianos e, mesmo, rotinas diárias;
- ii) no que respeita aos tempos geracionais: desde a infância, passando pelas re-conceptualizações de juventude (p. ex: juvenilização tardia), de adultez, de envelhecimento e dos mais recentes problemas relacionados com a idade avançada; ou, ainda,
- iii) no que respeita ao estudo dos espaços sociais associados à construção dos tempos.

E a mesma linha de pesquisa em causa ainda abarca a análise dos condicionamentos mítico-simbólicos de percepção e de construção do corpo, concretamente, ao atentar nas dimensões sócio-culturais da saúde como da doença, dos *handicaps* / ‘deficiência’ e da invalidez — acidentais e fisiológicos.

É este um genérico enquadramento do trabalho que ainda é premente continuar: a *desconstrução do androcentrismo* das *identidades sociais*, trabalho para que se tem pretendido contriuir com o percurso de pesquisa aqui invocado.

3. Desde ‘a pobreza’ até à *desqualificação social*

A história da *pré-noção* ‘pobreza’ caracteriza-se por *abordagens dicotómicas* de muito difícil conciliação, como evidenciam os seus *três* clássicos *grupos analíticos* (Xiberras, 1994; Paugam, 1994; Lorente, 1989; Herpin, 1993). Trata-se das análises de Pobreza Objectiva e Subjectiva; das noções de Pobreza Material e Não Material e, também, dos critérios Absoluto e Relativo — estes dois últimos de abordagem objectiva.

Contudo, de forma mais grave, os estudos assim possibilitados viriam a *reproduzir 7 obstáculos epistemológicos* ao conhecimento social, como se expõe.

3.1. A tradição é a da visão dicotómica

Ao caracterizar-se a *tradição* dos estudos da «Pobreza» (Bruto da Costa, 1984; Fernandes, 1991; Geremek, 1980; Toscano 1993b) por uma dupla abordagem que não articula análises predominantemente económico-sociaisⁱ e culturalistasⁱⁱ, impõe-se a sua crítica.ⁱⁱⁱ A multiplicidade de leituras conceptuais corresponde à característica das realidades categorizadas como ‘*pobres*’ — característica que resumimos sob a designação de ‘*condição Mutável e Mutante*’ (Toscano, 1993c, 1994). Ora, tais pluridimensionalidade e interdependência conjuntural e estrutural das formas de pobreza, são confirmadas pelas investigações nacionais.^{iv}

Por outro lado, estudos efectuados revelam também que, em situações de intervenção social, à diversidade das manifestações empíricas ligam-se múltiplos entendimentos dos objectivos e das opções metodológicas da intervenção^v.

Efectivamente, desde os primórdios da Assistência/Filantropia^{vi} — Individual ou Colectiva; Laica ou Religiosa; Particular, Municipal, Monárquica ou Burguesa e Republicana — que a atenção à ‘pobreza’ como condição social está documentada.^{vii}

Desde o período da Revolução Industrial mas, principalmente no contexto da consolidação dos anos 60-70 do século XX^{viii}, assiste-se a uma diversificação das práticas profissionais do *trabalho social* e de diferentes profissionais da Intervenção Social, para além de Sociólogos e Assistentes Sociais, nomeadamente, os Animadores Sociais, Terapeutas, Conselheiros Familiares e Sociais, entre outros. Saliente-se também que, desde a abordagem da *Pobreza Absoluta* fundada por Seebom Rowntree^{ix}, tem-se procurado adequar melhor os *diversos* conceitos e tipologias à pluralidade das condições (‘pobreza’, ‘nova pobreza’ e ‘exclusão social’).

Só que, às diferentes formulações dos objectivos da intervenção social corresponde a ausência de consenso sobre as próprias noções de ‘*Pobreza*’, de *Precariedade*^x, de *Marginalidade*^{xi} e de *Exclusão*^{xii}. De entre todas elas, as várias noções de ‘pobreza’, em particular, surgem como imagens rotuladas ou como *componentes mítico-simbólicas* do imaginário ocidental (Toscano, 1993c, 1994) — construções sociais relativas a fenómenos de *desqualificação*.

Contudo, ainda integram a mesma tradição analítica várias outras dicotomias.

Desde logo, a oposição entre conceitos de ‘pobreza’ *objectiva* ou *subjectiva*.

Também, quando para a definição de pobreza, se opõem *critérios* absolutos (perspectiva da subsistência) a relativos (*perspectivas* da privação, da desigualdade e da exclusão sociais).

E na própria oposição entre quatro *tipologias* de ‘pobreza’.^{xiii} Quanto a esta refira-se o debate que, opondo pobreza *primária* a *secundária*, e baseando-se na avaliação social das necessidades, passa da centralidade do *indicador* ‘rendimento’ para a centralidade do *indicador* ‘recursos’.

Mas pode também lembrar-se a distinção entre pobreza *material* e *não material*:

i) a pobreza *material* evolui desde o *enfoque* biológico, passa pelo enfoque das necessidades básicas e pelo dos salários mínimos, até chegar ao *enfoque* dos recursos familiares;

ii) a *pobreza não material* é concebida através do enfoque da sobrevivência decente ou do da carência no acesso aos recursos. Mencionem-se as tipologias de pobreza *total* a pobreza *parcial*, consoante a avaliação da amplitude e da profundidade de dimensões afectadas.

E citem-se ainda outras *tipologias* mais nossas contemporâneas — que remetem para problemas como ‘mobilidade social’ e ‘ciclo vicioso da pobreza’ — reconhecidas pelas designações de ‘pobrezas’ temporária, circunstancial ou conjuntural e ‘pobrezas’ duradoura, persistente ou estrutural.

A coroar a *visão e lógica* ocidental dicotómicas, veiculadas pelos estudos sobre ‘a pobreza’, constata-se, enfim, que aquelas — *visão e lógica* — assentam na diversidade de obstáculos epistemológicos ao conhecimento social do social que os mesmos estudos têm veiculado. Razões para, ao longo do percurso de pesquisa que vimos desenvolvendo, se questionar a abordagem d’A Pobreza’, com base na abordagem crítica da ‘desqualificação social’ (Paugam, 1994).

3.2. A tradição é a do viés sociocêntrico

Pela linha de pesquisa adoptada considera-se que são **sete** os grandes vectores socio-cêntricos que enviesam a observação e a análise da desqualificação social, a saber:

1) *vector moralista*: é o vector fundador, presente desde as primeiras reflexões e preocupações sócio-políticas quanto à *condição digna* ou *indigna* dos pobres.

A este respeito discorda-se de Pilar Monreal (1996) pois, se é desde o séc. XVIII que este vector emerge nas teorias sociais (só então autonomizadas como ‘ciência’ na sociedade ocidental), a sua configuração no quadro civilizacional reporta-se, quer à literatura sócio-religiosa dominante na Baixa Idade Média, quer, paradoxalmente, à própria ideologia da burguesia e dos poderes administrativos (locais-municipais) então nascentes. Isto mesmo tem sido confirmado em estudos sobre o espaço social da actual “Europa” como noutros, sobre a realidade portuguesa (Toscano, 1993c, 1994).

2) *vector individualista*: patente nas polémicas relativas à *condição pessoal* ou *social* da pobreza, é ilustrado bem cedo, no contexto ocidental, pela evolução da expressão medieval “*pauper*”.

Com efeito, a palavra — “*pauper*” — passa, de adjectivo, a substantivo identificador de uma categorização social. Esta mudança linguística é um indicador do movimento que, desde o século XII, tenderá a reconhecer ‘a pobreza’ como uma condição social; assim, ir-se-á substituindo, gradualmente, a visão anterior da ‘pobreza’ como condição de *fraqueza* ou *culpa* individuais. Mas o reconhecimento da ‘pobreza’ como fenómeno colectivo, não mitigará o *viés individualista*, como adiante se refere.

3) *vector utilitário*: sendo iniciado pela dicotomia entre pobreza *material* ou *não material*, desde o século XII que é um vector fortíssimo na construção ocidental da relação social com os pobres; e corporiza-se em paradoxais discussões religiosas e morais de que se realçam duas linhas de tensão: i) as predominantemente preocupadas em distinguir entre *pobreza útil* / *inútil*; ii) e as que evoluem, desde fins do séc. XIV, desde o sentido depurador até, depois, ao sentido repressivo.

Na primeira linha de tensão, diferencia-se entre i) por um lado, a *utilidade* e o valor da

‘pobreza espiritual’ reconhecida como nobre, verdadeira, honesta e, nalguns casos, voluntária — portanto, útil. Assim se origina a categorização social dos ‘*pobres com direito a serem pobres*’ no processo em curso de codificação das Doações e da Filantropia Social (‘*economia da salvação*’, Geremek, 1980); e *ii*) por outro lado, a inutilidade e desvalorização social da pobreza material dos ‘*pobres-de-facto*’ — também objectivamente ‘pobres’ mas *sem direito social a sê-lo*.

A segunda linha de tensão refere-se à mutante classificação social da pobreza material: primeiro, como *condição ociosa*; depois, como *potencialmente criminosa*; a seguir, como *ameaça e perigo para a higiene e a vida da urbe*; e, por fim, com a Revolução Industrial, é reconvertida numa *condição social não produtiva*. Lapidariamente, Geremek designa este processo pela ‘*passagem do pobre a proletário*’; ao que se acrescentou que o mesmo ainda se prolonga até aos séc. XIX e XX, com a ‘*passagem do pobre a objecto de estudo e de intervenção*’ (Toscano, 1993c, 1994).

4) *vector positivista*: projecção de binómios fundadores da epistemologia positivista em discussões como a que opõe pobreza *objectiva* e *subjectiva*, afigura-se como o herdeiro do *vector utilitário* com roupagens, e em território, científicos.

5) *vector miserabilista-populista*: também emergente no campo dos saberes sociais, reporta-se aos dois grandes grupos teóricos dominantes na explicação da ‘pobreza’: um, reenvia-a para ‘o sistema social’, apresentando-a como ‘*efeitos das estruturas sociais*’; outro, nos antípodas, circunscreve-a às ‘*estratégias individuais dos actores*’ (Paugam, 1994; Monreal, 1996).

No primeiro, encontram-se as abordagens vocacionadas para os factores ‘externos’ e os ‘determinismos sociais’ da “pobreza”. É assim que, segundo as Teorias da Legitimação apoiadas na leitura moral do *miserabilismo*, a ‘pobreza’ é retratada pela ideologia das identidades ‘*prescritas*’; quer dizer: é entendida como uma consequência e determinação do ‘sistema’.

No outro grupo teórico, situam-se as abordagens centradas nos factores ‘internos’, com realce para as análises das (sub-)culturas da ‘pobreza’ como para análises psicológicas. O vector individualista reaparece, assim, por efeito perverso dos objectivos de relativismo cultural; ao mesmo tempo, contribui para a intrusão do resistente *argumento populista* e do pressuposto da tendencial perpetuação dos “*ciclos de pobreza*”. De facto, esta tradição acaba por explicar ‘a pobreza’ como a identidade socializada-construída pelos ‘pobres’. Ao tomar a *cultura da pobreza* como ‘a causa’ dessas condições sociais, tem sido questionada por poder redundar num entendimento da socialização como circuito da reprodução ‘interna’ do empobrecimento-pauperização.

6) *vector etnocêntrico / sociocêntrico*: neste caso, é-se confrontado com a ausência de objectividade étnico-sócio-cultural nas pesquisas fundadoras em torno do fenómeno (Monreal, 1996).

É que — quer na abordagem dos guetos de Chicago pelos sociólogos dos anos 20-40; quer nos estudos, por Oscar Lewis (1961, 1979), de famílias de índios mexicanos; quer, ainda, nas pesquisas centradas nos bairros operários ingleses por Richard Hoggart (1975) — o primeiro rosto cultural dos pobres é, nas Ciências Sociais, o das minorias sócio-culturais.

Ao sublinhar este viés, não se tem em mente contornar a realidade da desqualificação social dessas minorias — realidade que justificou, por si, o fôlego dos exemplares estudos citados, bem como dos seus sucedâneos, até hoje. Trata-se, sim, de tornar consciente um preconceito-denegação que seria evidenciado desde meados dos anos 50. Com efeito foi necessário, então,

construir instrumentos e análises sociais adequados à caracterização e compreensão da ‘pobreza relativa’, a pobreza visível no seio das complexas sociedades ocidentais. A mesma *denegação* é drasticamente expressa desde os anos 80, face à coabitação de ‘integrados’ com ‘novos pobres’^{xiv}, com ‘precarizados’ e, ainda, com ‘excluídos’.

7. *vector androcêntrico*: finalmente, como foi desvelado pelas *três grandes tarefas sociológicas e culturais* acima referidas, a prolongada omissão ou esquecimento do *rostro feminino* da pobreza enviesou, de 2 modos, os estudos da ‘pobreza’:

a) generalizando as condições de pobreza a agregados familiares supostamente homogéneos; e

b) ocultando, na luta familiar contra a pobreza, os investimentos e implicação socialmente diferenciados de mulheres e homens (p. ex.^o: nos usos do tempo de trabalho, lazer e repouso; na divisão de tarefas; na invenção de estratégias quanto a cuidados, alimentação e vestuário de familiares; e nas próprias redes sociais de suporte e solidariedade).

Crê-se ficar agora esclarecida a opção de estudarmos *mulheres-socialmente desqualificadas*, na senda de Paugam^{xv} e dos sociólogos informados por Simmel, que propõem o abandono da *pré-noção* de ‘pobreza’ (Messu, 1987, 1989).

4. Breves Reflexões Finais ou ‘A tradição já não é o que era?’

Na sequência desta breve revisão crítica dos marcos centrais da *Problemática* ‘pobreza’ resulta, do percurso de pesquisa realizado, uma dupla constatação:

1.^a - os estudos assentes nessa *pré-noção* veiculam uma visão do mundo dicotómica;

2.^a - os mesmos são atravessados pelos 7 vectores sóciocêntricos.

Adoptar a perspectiva de análise sociológica dos Processos de Desqualificação *Social*, implicou, pois, atentar nas dimensões material, simbólica e relacional das *Lógicas e Estratégias Identitárias*, bem como das *Reacções* às Etapas de *Experiências* de desqualificação e de requalificação social *vividas* pelas mulheres *exemplars* (Paugam, 1994; Gualéjac e Taboada-Léonetti, 1994).

E, em consequência, desembocou na necessidade de construir a designação de ‘processos de requalificação sócio-identitária’.

Por fim, conclui-se que, tanto para a fundamentação e para a operacionalização metodológicas, quanto para a reflexão analítica das pesquisas — as que a autora vem realizando, as que tem em curso ou as que está a orientar (pesquisa pós-graduada) —, foi e continua a ser marcante um trabalho, persistente, de gradual desconstrução dos vectores e dicotomias assinalados.

Espreitando nesta reflexão final — processos de requalificação sócio-identitária, seus fundamentos e respectivos modelos de observação e interpretativo — todavia, estes conteúdos já extravasam o objectivo e tópico do presente texto, que subscreve as palavras de Dubet: as leituras aqui avançadas “*são também uma espécie de homenagem, porque o aparecimento de outros paradigmas não pode levar a uma ruptura radical com um modelo cuja economia geral dá respostas essenciais aos problemas fundamentais da sociologia. (...) Se se podem formar sociologias pós-clássicas, não se pode crer hoje em sociologias anti-clássicas*” (1996, p. 50).

Apostado apenas em elucidar o que designamos quando caracterizamos actores sociais como ‘pobres’, o presente artigo explanou a persistência de 7 *obstáculos epistemológicos* na

tradição de estudos sobre ‘A pobreza’, mediante a sua leitura sociológica crítica e construtiva.

Bibliografia

- Almeida, Fortunato de (Dir.) (1970). *História da Igreja em Portugal*. Porto/Lisboa: Civilização Ed. 4 Tomos.
- (s. / d). *História das Instituições em Portugal*. Coimbra: Imprensa Académica.
- Almeida, João Ferreira de, et al. (1992). *Exclusão Social. Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*. Oeiras: Celta.
- Andrade, Andrade (Dir.). (1979). *Dicionário de História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Resistência.
- Botella, Francisco J. Navarro et al. (Dir. e Coord.) (1984). Pobreza y Marginación, *Documentación Social - Revista de Estudios Sociales y de Sociología Aplicada*. 56-57.
- Bouget, Denis & Nogues, Herbert (1994). Evaluation des politiques de lutte contre les exclusions sociales. *Revue Française des Affaires Sociales*, 2, 69-87.
- Capucha, Luis (2005). *Desafios da pobreza*. Oeiras: Celta Editora.
- (1992). *Problemas Da Pobreza: Conceitos. Contextos e Modos de Vida*. Lisboa: ISCTE. Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana. 2 vols.
- Casado, Demetrio (1978). *Introducción a la Sociología de la Pobreza*. Madrid: Euramerica/Fund. FOESSA.
- Chartier, Roger (1985). La Pauvreté à l'âge moderne XVI.^e – XVIII.^e siècles. Définitions. Représentations. Institutions. In A. Fracassi et al. (Dir.), *La Pauvreté une approche plurielle* (pp. 25-43). Paris: les éd. ESF.
- Costa, Alfredo Bruto da (1984). Conceito de Pobreza. *Estudos de Economia*, vol. IV, 3, 275-294.
- (1998). *Exclusões*. Lisboa: Gradiva.
- (2008). *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal contemporâneo*. Lisboa: Gradiva.
- Costa et al (1985). *A Pobreza em Portugal*. Lisboa: Cáritas Portuguesa.
- Dubet, François (1996). *Sociologia da Experiência*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Fernandes, António Teixeira (1991). Formas e mecanismos de exclusão social. *Sociologia*, 1, 9-66.
- Gualejac, Vincent de & Taboada-Léonetti, Isabel (1994). *La lutte des places*. Marseille: Hommes et Perspectives.
- Gaviria, Mario et al (1995). Aproximación teórica al concepto de exclusión. In AAVV, *Desigualdad y pobreza hoy* (pp. 133-200). Madrid: Talasa Ediciones.
- García-Neto, Juan N. (1990). Nueva pobreza en España. La lucha contra la marginación. *Revista de Fomento Social*, XLV, 179, 229-246.
- Geremek, Bronislaw (1987). *La Potence ou la Pitié*. Paris: Gallimard.
- (1980). *Poverty, Enciclopédia EINAUDI*. Turim. vol. X, 1054-1082.

- Herpin, Nicolas (1993). L'urban underclass chez les sociologues américains: exclusion sociale et pauvreté. *Revue Française de Sociologie*, XXXIV, 421-439.
- Hoggart, Richard (1975). *As Utilizações Da Cultura. Aspectos da Vida Cultural da Classe Trabalhadora*. Lisboa: Presença. 2 vols.
- Kastersztein, Joseph (1990). Les Stratégies identitaires des acteurs sociaux: approche dynamique des finalités. In Camilleri et al, *Stratégies Identitaires* (pp. 27-41). Paris: PUF.
- Labbens, Jean (1978). *Sociologie de la Pauvreté*. Paris: Gallimard.
- Lewis, Oscar (1961). *Antropologia de la Pobreza*. México: Fondo de Cultura Económica.
- (1979). *Os filhos de Sánchez*. Lisboa: Moraes editores.
- Lion, Antoine & Meca, Pedro de (Orgs.) (1988). *Culture et Pauvretés. Actes du Colloque tenu à la Tourette L'Arbresle*. Paris: La Documentation Française.
- Lorente, Marí Pilar (1989). Marginación en la ciudad. *Revista de Fomento Social*, XLIV, 173, 101-110.
- Marselli, G.A. (1984). Le concept de Pauvreté optique dynamique. *Service Social dans le monde*, 4, 35-42.
- Mollat, Michel (1978). *Les Pauvres au Moyen Âge*. Paris: Hachette.
- (1970). *Les Pauvres et la Société médiévale*. Moscou: ed. Naouka.
- Monreal, Pilar (1996). *Antropología y pobreza urbana*. Madrid: Los Libros de la Catarata.
- Moreno, Humberto Baquero (1985). *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos séculos XIV e XV*. Lisboa: Presença.
- Paugam, Serge (1994). *La disqualification sociale. Essai sur la nouvelle pauvreté*. Paris: PUF.
- (1991). Les Statuts de la pauvreté assistée. *Revue Française de Sociologie*, XXXII, 75-101.
- Ray, Jean Claude et al. (1988). Les politiques de lutte contre la pauvreté. In Jean Claude Ray et al. *Analyse des politiques sociales* (pp. 329-369). Paris: PUF.
- Romão, Maurício E. C. (1982). Considerações sobre o conceito de pobreza. *Revista Brasileira de Economia*, vol. 36 (4): 355-370.
- Silva Correia, Fernando da (1944). Estudos sobre a História da Assistência – Origens e Formação das Misericórdias Portuguesas. Lisboa: Henrique Torres.
- Tavares, M.^a José P. Ferro (1989). *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Presença.
- Torres, Anália et al (1994). Dinâmica dos Projectos de Luta Contra a Pobreza: problemas e percursos da intervenção. *Estruturas Sociais e Desenvolvimento. Actas do IIº Congresso de Sociologia*. Lisboa: ed. Fragmentos: 695-709.
- Toscano, M.^a de Fátima (1992a). Os conceitos de Pobreza como categorias de análise sociocêntrica - uma leitura das abordagens sociológicas do industrialismo, *Forum Sociológico*. 1, 121-155.
- (1993a). A Constituição dos Pobres como Grupo Social na Idade Média: a linguagem quotidiana como indicador, *Forum Sociológico*, 3, 213-221.

- (1992b). Descobertos, mas não ‘Descobridos’: mecanismos de (des)integração dos imigrantes africanos em diáspora em Lisboa: leitura sociológica de um caso de intervenção. *Comunicações ao Colóquio Viver (N)A Cidade*, Lisboa: LNEC/NEUT, 73-90.
- (1994). Destinos Fatais e Utilidade Social. Dinâmicas Multi-culturais: novas faces, outros olhares, *Actas das sessões temáticas do III.º Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Lisboa: I.C.S., Vol. II: pp. 325-342.
- (1993b). Dimensões Sociocêntricas dos Estudos Sociais em torno dos ‘Grupos Pobres’. Estruturas Sociais e Desenvolvimento, *Actas do II Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: Ed. Fragmentos, vol. II, 303-319.
- (1995). O Direito a ser pobre: A construção social do direito a ser pobre é uma herança medieval”, *Forum Sociológico*, 6:141-153.
- (1989a). A Guerrilha e o Guerrilheiro - problemas reais e/ou simbólicos dos técnicos de intervenção no e sobre o real. *Revista de Ciência, Tecnologia e Sociedade*, ACTD/CTS, Colóquio Ética e Investigação Científica, Out. / Dez., 6-74.
- (1993c). *Pobres: Destinos Fatais e Utilidade Social — por uma Sociologia da Acção Histórica*. Dissertação de Mestrado em ‘Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa’. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. 546 pp. + Bibliog. 81 pp. + Anexos 54 pp. + 10 ilustr. (polic.).
- (2006). Qualidade de Vida – Cuidar do Futuro: reptos sobre a exclusão social, *Actas da IVª Semana Social Cidadania Pessoal, Responsabilidade Colectiva. Conferência Episcopal Portuguesa*, Marinha Grande, 81-91.
- (2002). Racionalidades Complexas, Trajectórias, Reinclusão Social: Esmeralda — um Processo Social de Reconstrução Identitária Cigana, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia. Associação Portuguesa de Sociologia*, versão em CD.
- (2010). *Sociologia das Identidades, Ofício de Revelação: Exemplares Formas de Vida: Testemunhos de Mulheres em Luta Pela Requalificação Social. Tese submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Sociologia*. ISCTE (polic.).
- (1990). A Sociologia, Prática de Investigação e Acção - produtos da intervenção do sociólogo em processos de Desenvolvimento Comunitário. *Experiências e Papéis Profissionais de Sociólogos*. Lisboa: A.P.S, 91-113.
- Verdès-Leroux, Jeannine (1991). *Le Travail Social*. Paris: Minuit.
- Vincent, Gilbert (1983). Épistémologie et symbolique: la pauvreté et la théorie économique, *Actions et Recherches Sociales*, Every, 4, 67-83.
- Xiberras, Martine (1994). *Les Théories de L’Exclusion. Pour une construction de l’imaginaire de la déviance*. Paris: Méridiens Klincksieck.

ⁱ Para a crítica a estas veja-se, entre diversos títulos disponíveis, Romão, 1982 e Vincent, 1983. Numa linha de abertura a vertentes e critérios não apenas económicos, cf. Marselli, 1984; e os trabalhos colectivos sobre Portugal – Almeida *et al.* 1992 – e sobre Espanha – Botella (Dir.) 1984.

ⁱⁱ Oscar Lewis (1961, 1979) é um dos pioneiros. Ver Herpin, 1993; Lion e Meca (Ed.) 1988; e as pesquisas de Luis Capucha, desde os anos 80. Pilar Monreal (1996) destaca 3 perspectivas teóricas no debate sobre a pobreza: a perspectiva marxista, a da cultura da pobreza (idealista), e a perspectiva ecológica (anos 20-40 da Escola de Chicago).

ⁱⁱⁱ Cf. Labbens, 1978 e Casado, 1978. Quanto à reconceptualização de *pobreza e exclusão* cf. Paugam, 1991 e 1994; e Xiberras, 1994.

^{iv} Cf. abordagem pioneira de Costa *et al.* 1985; e a reflexão sobre as práticas e estilos de vida dos pobres em Almeida *et al.* 1992.

^v Sobre este debate em Portugal, cf. Torres et al, 1994; Toscano, 1989a, 1990. Para a realidade francesa cf. Ray *et al.* 1988; e Bouget e Nogues, 1994.

^{vi} Temáticas que foram objecto de estudo por reconhecidos autores nacionais, de que se especificam, como clássicos: Andrade (Dir.), 1979; Fortunato de Almeida (Dir), 1970, e, do mesmo autor, a *História das Instituições em Portugal*; como os *Estudos...* de Silva Correia 1944.

^{vii} Da análise Histórico-Social portuguesa cf. obras de M^a. do Carmo Neto, Ruy d'Abreu Torres e Oliveira Marques; indispensáveis, são Tavares, 1989 e Moreno, 1985. Cf. tb Toscano 1992a, 1993a, 1993b, 1995; Mollat, 1970 e 1978; Chartier, 1985; e Geremek, 1987.

^{viii} Sobre a produção do *campo* de intervenção social até aos anos 70, ver Verdès-Leroux, 1991.

^{ix} Noção de 1901 que o autor alargaria a outras necessidades elementares 3 décadas mais de tarde. Cf. Costa, 1984 e Almeida *et al.* 1992.

^x Gaviria com Laparra e Aguilar (1995) apresentam ‘a integração’, ‘a precarização’ e ‘a exclusão’ como 3 *círculos* de gradual desinserção social.

^{xi} Sobre a relação pobreza-marginalidade como territórios confluentes, ver Lorente, 1989.

^{xii} Cf. Ray, 1988: 340; Bouget e Nogues, 1994: 70; e Costa, 1988.

^{xiii} Ver outra proposta de classificação das situações de pobreza *In* Lorente, 1989.

^{xiv} García-Neto, 1990 pode ilustrar como não tem sido pacificamente aceite a distinção entre ‘nova’ pobreza e pobreza ‘clássica’ ou tradicional: no caso, o autor corrobora o argumento da falsidade e perigosidade da mesma distinção.

^{xv} Em 1993 (Toscano, 1993b) defendemos, justamente, a tese da condição mítico-simbólica — e não científica — das perspectivas de *pobreza* disponíveis.
